

Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação da Esfera Federal no Brasil: Os Planos de Manejo Favorecem sua Implantação?

Beatriz Nascimento Gomes

Recebido em 27/03/2021 – Aceito em 05/10/2021

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <beatriz.gomes@icmbio.gov.br>

RESUMO – A gestão das áreas protegidas é baseada em um arcabouço legal e normativo e em documentos de planejamento de diferentes níveis, do estratégico ao operacional. A visitação nesses espaços permite que a sociedade se aproxime dos recursos protegidos, devendo ser manejada de modo a conciliar diversos interesses e tornar o visitante um aliado da conservação. Para contribuir no alcance desses objetivos, uma estratégia empregada mundialmente é a interpretação ambiental, no Brasil incluída como um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Uma vez que o plano de manejo é o principal documento norteador da gestão das áreas protegidas brasileiras, uma dada estratégia deve estar nele prevista, para que venha a ser implantada na unidade de conservação. Partindo dessa premissa, o presente estudo buscou caracterizar a presença da interpretação ambiental nos planos de manejo das unidades de conservação federais. Por meio de procedimentos qualitativos (análise de conteúdo) e, principalmente, quantitativos (análises estatísticas), foram analisados 200 documentos disponíveis em meio digital, publicados entre 1978 e 2019. Os resultados mostram um quadro favorável para a implantação de atividades interpretativas nas áreas protegidas, porém foram identificadas grandes diferenças entre as categorias de unidades de conservação. Observou-se que a previsão legal de uso da interpretação em áreas protegidas foi decisiva para a ampliação da indicação dessa estratégia nas diversas categorias de unidades de conservação. Este trabalho contribui para o conhecimento do uso da interpretação ambiental na visitação em áreas protegidas e busca incentivar discussões mais aprofundadas sobre o tema, ainda pouco estudado no Brasil.

Palavras-chave: Interpretação do patrimônio; visitação em áreas protegidas; uso público; interpretação da natureza.

Environmental Interpretation in Federal Conservation Units

ABSTRACT – Protected areas' management is based on a legal and normative framework and on planning documents at different levels, from strategic to operational. Visiting these spaces allows society to get closer to protected resources, but visitation management must conciliate both conservations and visitors' interests, making the public an ally of conservation practices. To contribute to the achievement of these goals, environmental interpretation is used as a strategy worldwide which is also included as one of the objectives of the Brazil's National System of Nature Conservation Units. The management plan is the main guiding document for managing Brazilian protected areas, so it is understood that being included in this planning document is crucial for a given activity to be implemented in a protected area. Based on this premise, the present study sought to characterize the presence of environmental interpretation in the management plans of federal conservation units. Through qualitative (content analysis) and, mainly, quantitative (statistical analysis) procedures, 200 documents available in digital media, published between 1978 and 2019, were analyzed. The results show a favorable framework for the implementation of interpretative activities in such spaces, however great differences were identified between the categories of protected areas. It was observed that the legal recommendation for the use of interpretation in protected areas was decisive for expanding the indication of this strategy in management plans of the various categories of protected areas in Brazil. This work contributes to the knowledge of the use of interpretation in Brazilian protected areas and seeks to encourage more in-depth discussions on the subject in Brazil.

Keywords: Heritage interpretation; visitation in protected areas; public use; nature interpretation.

Interpretação Ambiental em las Unidades de Conservação Federales

RESUMEN – La gestión de las áreas protegidas se basa en un marco legal y normativo y en documentos de planificación a diferentes niveles, desde el estratégico hasta el operativo. Visitar estos espacios permite que la sociedad se acerque a los recursos protegidos, pero la gestión de visitas debe conciliar tanto la conservación como los intereses de los visitantes, haciendo del público un aliado de la conservación. Para contribuir al logro de estos objetivos, una estrategia utilizada a nivel mundial es la interpretación ambiental, que se incluye como uno de los objetivos del Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza de Brasil. El plan de manejo es el principal documento rector para la gestión de las áreas protegidas brasileñas, por lo que se entiende que figurar en este documento de planificación es crucial para que una determinada actividad se implemente en un área protegida. Con base en esta premisa, el presente estudio buscó caracterizar la presencia de interpretación ambiental en los planes de manejo de las unidades de conservación federales. Mediante procedimientos cuantitativos y cualitativos se analizaron 200 documentos disponibles en medios digitales publicados entre 1978 y 2019. Los resultados muestran un marco favorable para la implementación de actividades interpretativas en áreas protegidas, sin embargo se identificaron grandes diferencias entre las categorías de áreas protegidas. Se observó que la recomendación legal para el uso de interpretación en áreas protegidas fue decisiva para ampliar la indicación de esta estrategia en los planes de manejo de las distintas categorías de áreas protegidas en Brasil. Este trabajo contribuye al conocimiento del uso de la interpretación en las áreas protegidas brasileñas y busca fomentar discusiones más profundas sobre el tema en Brasil.

Palabras clave: Interpretación del patrimonio; visitación en áreas protegidas; uso público.

Introdução

As unidades de conservação (UCs) são áreas protegidas criadas ao abrigo da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000). Constituem a expressão de uma política pública voltada à proteção dos recursos naturais e culturais do país, sendo geridas a partir de um arcabouço legal e normativo específico, com apoio de diretrizes e documentos técnicos de planejamento (Dudley, 2008).

As UCs podem ser constituídas pelas três esferas do poder público executivo (federal, estadual e municipal). Distribuem-se em doze categorias, que se encontram agrupadas em (i) UC de proteção integral (parque, reserva biológica, estação ecológica, monumento natural e refúgio de vida silvestre), nas quais se permite apenas o uso indireto dos recursos naturais; e (ii) UC de uso sustentável (floresta, reserva extrativista, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva de fauna e reserva particular de patrimônio natural), onde se admite o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Todas as categorias permitem alguma forma de visitação pública, condicionada aos objetivos que motivaram a criação da área protegida e às

condições estabelecidas nos planos de manejo.

Para a União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN, na sigla em inglês), as atividades de visitação oferecidas nas áreas protegidas devem valorizar esse *status* de proteção, conciliando a conservação dos recursos e a satisfação do visitante e oferecendo opções qualitativamente diferentes daquelas oferecidas em outros destinos (Leung *et al.*, 2019).

Entre as várias ferramentas de gestão da visitação está a interpretação do patrimônio, uma forma particular de comunicação que contribui para a qualidade da experiência do visitante e para a sustentabilidade da atração, ao buscar a sensibilização e o maior engajamento do público no local visitado (Kuo, 2002; Newsome *et al.*, 2013). Exemplos de produtos interpretativos são meios expositivos interativos que vão além da mera informação, visitas conduzidas por profissionais com capacitação específica em interpretação e encenações, entre outros (Caetano *et al.*, 2018). O termo interpretação foi utilizado por Freeman Tilden, em meados do século 20, para caracterizar uma abordagem bem-sucedida de atendimento a visitantes, empregada em parques nacionais dos Estados Unidos, tendo rapidamente se difundido para outros países. Para Tilden, autor da primeira definição formal para a atividade, a interpretação

“[...] visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos” (Caetano *et al.*, 2018, p. 14).

Conhecida nos demais países de língua portuguesa como interpretação do patrimônio e, no Brasil, como interpretação ambiental ou interpretação da natureza, essa estratégia está presente na legislação brasileira desde 1979 e foi consolidada como um dos objetivos do SNUC (Brasil, 2000), no final do século 20 (Caetano *et al.*, 2018, p. 15). Como executor de uma política pública, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das UCs federais, tem suas ações orientadas pela legislação vigente, regulamentos, normas e parâmetros técnicos. Nesse contexto, a oferta de materiais e serviços de interpretação em cada UC depende de sua indicação em documentos de planejamento específicos, como planos de manejo e planos de uso público.

Com a finalidade de contribuir para a redução da lacuna de conhecimento sobre o uso da interpretação em UCs, este trabalho tem o objetivo de realizar um diagnóstico da presença dessa atividade nos planos de manejo e identificar que tipo de direcionamento tais documentos oferecem aos gestores responsáveis pela sua implantação.

Material e Métodos

O presente estudo concentrou-se nas UCs criadas na esfera federal, cuja gestão é responsabilidade do órgão governamental, sendo, portanto, excluídas da amostra as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN). Esse universo corresponde a 334 UCs instituídas entre 1937 e 2018 e distribuídas em dez das doze categorias que compõem o SNUC (ICMBio, 2021). As categorias distribuem-se nos grupos de proteção integral (parque, reserva biológica, estação ecológica).

O método empregado envolveu procedimentos predominantemente quantitativos, indicados para analisar grandes padrões de ocorrências (Creswell, 2009), com a finalidade de conhecer a forma como a interpretação é entendida e prevista nos planos de manejo das UCs federais brasileiras. Foram definidos, como fonte de

informação, os planos de manejo disponíveis em meio digital, publicados até dezembro de 2019. A recolha do material para análise foi realizada unicamente em meio eletrônico, em consulta à página do ICMBio na *internet* e por solicitação ao referido órgão, quando identificada a existência de versões dos planos de manejo que não mais se encontravam disponíveis *online*, em decorrência da publicação de revisões amplas. Documentos de revisão pontual não foram considerados neste trabalho, pois não substituem totalmente o plano de manejo.

Como critério adicional de seleção, foi adotado o tipo de roteiro de planejamento utilizado, tendo sido excluídos os quatro planos elaborados conforme a metodologia adotada pelo ICMBio na Instrução Normativa nº 07/2017 (ICMBio, 2017), o que levou à adoção de um roteiro de planejamento comum para todas as categorias de UC. O motivo de exclusão foi o fato de os documentos elaborados segundo essa metodologia possuírem estrutura radicalmente diferente dos anteriores, dificultando a comparação com os demais.

A amostra totalizou 200 planos de manejo, que foram submetidos a uma análise qualitativa simples, realizada a partir da busca pelas palavras-chave “interpretação ambiental” e “interpretação”, neste caso com especial atenção ao contexto de uso da palavra, de forma a desconsiderar as ocorrências não relacionadas à interpretação ambiental e simples citações da legislação. As observações foram registradas em formulário eletrônico, elaborado especialmente para esse fim na plataforma Google Forms. Foram recolhidas informações (i) de identificação da área protegida e do documento, nomeadamente, categoria de manejo, nome da UC, versão do documento, ano de publicação e endereço eletrônico do documento analisado; e (ii) sobre a especificação do uso de interpretação ambiental, com campo para inclusão de informações adicionais, caso necessário.

As informações recolhidas foram submetidas a análises estatísticas descritivas com apoio do programa *SPSS Statistics*. Foram avaliadas as frequências relativa e absoluta da previsão do uso de interpretação, possibilitando a identificação de eventuais diferenças conforme a categoria de UC e o período de publicação do plano de manejo. Foi realizada uma breve análise qualitativa, com o objetivo de identificar padrões de indicação de

uso da interpretação. Os códigos para essa análise de conteúdo foram definidos a partir do conjunto de dados, seguindo uma abordagem tradicional (Creswell, 2009) realizada manualmente, assim como a codificação dos textos. Os resultados aqui apresentados integram um projeto de mestrado na área do turismo.

Resultados e Discussão

Dos planos de manejo analisados (n=200), 169 referem-se à primeira ou única versão elaborada para a área protegida e 31 constituem

documentos de revisão integral do plano de manejo anterior. Essa amostra corresponde a 98% das UCs com plano de manejo publicado entre 1978 e 2019 e representa 196 UCs, uma vez que cinco dos planos selecionados foram elaborados de forma conjunta para duas áreas protegidas. Estão representadas UCs do grupo de proteção integral (51%) e de uso sustentável (49%), sendo os parques nacionais e as florestas nacionais as principais categorias componentes da amostra, com 27% e 24%, respectivamente. Não foram identificados planos de manejo para monumentos naturais que atendessem aos critérios definidos para este estudo (Fig. 1).

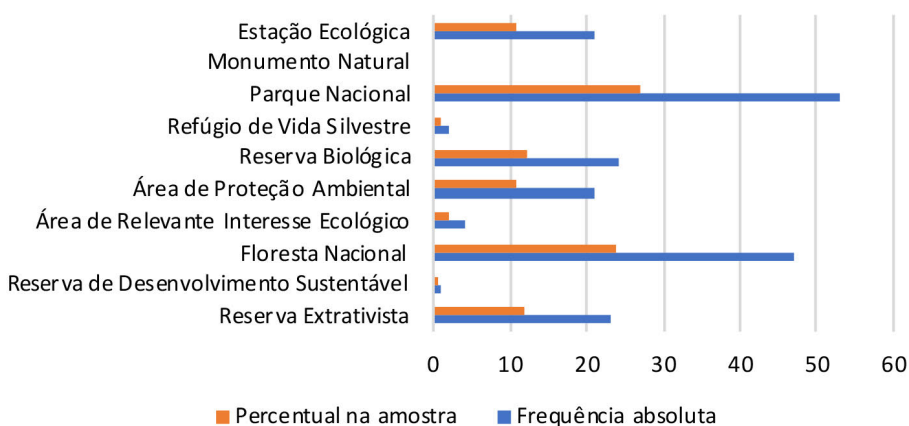


Figura 1 – Representatividade das categorias de UC na amostra analisada. Fonte: Elaboração da autora.

Observou-se que a maior parte dos planos foi publicada após a instituição do SNUC (Fig. 2). No conjunto de documentos analisados, aqueles com data de publicação até o ano 2000 (inclusive) totalizam 25 (12,5%) e contemplam as categorias

parque nacional, reserva biológica, área de proteção ambiental e floresta nacional. Não foram localizados em meio digital os documentos correspondentes à primeira versão do plano de 23 UCs nessas mesmas categorias.

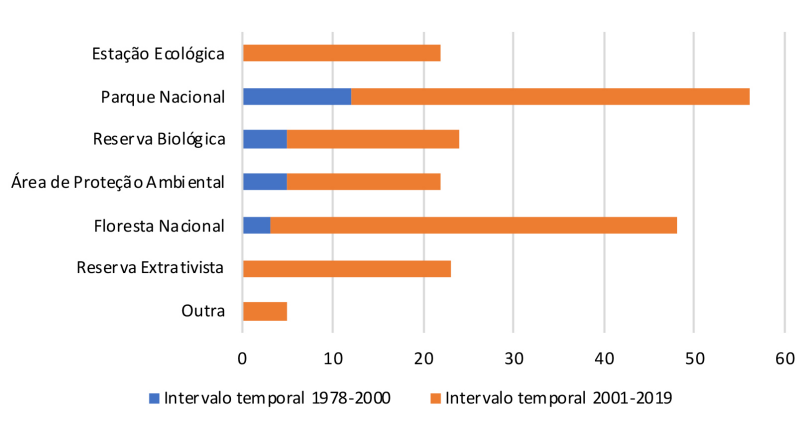


Figura 2 – Distribuição temporal dos planos de manejo analisados (N=200), agrupados por categoria de UC. Fonte: Elaboração da autora.

Das UCs representadas na amostra, 187 (95,4%) tiveram um único documento analisado (primeiro plano ou revisão) e nove (4,6%), dois documentos (primeiro plano elaborado e uma revisão total).

O primeiro aspecto analisado foi a indicação da oferta de serviços e materiais interpretativos aos visitantes, tendo sido encontradas menções à interpretação ambiental em 144 (72%) planos de manejo. A análise por categoria de UC mostrou que em todas há planos que desconsideram essa ferramenta, apesar de a interpretação ambiental ser considerada uma estratégia importante para

sensibilização e gestão de visitantes, qualquer que seja sua motivação (Kuo, 2002; Marion & Reid, 2007; Powell & Ham, 2008). Entre as categorias de UC mais representadas na amostra, observaram-se menções à interpretação na quase totalidade dos planos elaborados para parques nacionais (98,2%), em 81,8% dos planos de estações ecológicas, 79,2% dos de florestas nacionais e 62,5% dos de reservas biológicas. Destaca-se a situação das reservas extrativistas que, mesmo tendo a totalidade dos planos de manejo publicados a partir de 2008, apresentam um baixo percentual de planos com menções à interpretação (Tabela 1).

Tabela 1 – Menção à interpretação ambiental nos planos de manejo analisados, agrupados conforme a categoria de UC.

Categoria		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
Parque nacional	Frequência observada	55,0	1,0	56
	Percentual	98,2%	1,8%	100,0%
Reserva biológica	Frequência observada	15,0	9,0	24
	Percentual	62,5%	37,5%	100,0%
Estação ecológica	Frequência observada	18,0	4,0	22
	Percentual	81,8%	18,2%	100,0%
Área de proteção ambiental	Frequência observada	9,0	13,0	22
	Percentual	40,9%	59,1%	100,0%
Floresta nacional	Frequência observada	38,0	10,0	48
	Percentual	79,2%	20,8%	100,0%
Reserva extrativista	Frequência observada	6,0	17,0	23
	Percentual	26,1%	73,9%	100,0%
Outra	Frequência observada	3,0	2,0	5
	Percentual	60%	40%	100,0%
Total	Frequência observada	144	56	200
	Percentual	72%	28%	100,0%

Fonte: Elaboração da autora.

Para análise temporal da presença da interpretação nos planos de manejo, utilizou-se como parâmetro a publicação da Lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000), tendo-se definido como períodos de análise os intervalos compreendidos entre os anos de 1978 a 2000 e de 2001 a 2019. Essa análise concentrou-se nas categorias que possuem planos publicados nos dois períodos (Tabela 2).

Os resultados sugerem que o estabelecimento do SNUC foi determinante para a inclusão da interpretação nos planos de manejo dessas categorias de UC, pois percebe-se uma radical mudança de abordagem na elaboração de planos de reservas biológicas e avanços relacionados aos documentos de áreas de proteção ambiental e florestas nacionais, ao passo que houve um ligeiro retrocesso no caso da categoria parque nacional.

Tabela 2 – Menção à interpretação nos planos de manejo de quatro categorias de UC, publicados antes e depois da instituição do SNUC (julho de 2000).

Categoria	1978-2000			2001-2019		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Parque nacional	12 (100%)	0 (0%)	12 (100%)	43 (97,3%)	1 (2,27%)	44 (100%)
Reserva biológica	0 (0%)	5 (100%)	5 (100%)	15 (78,9%)	4 (21,1%)	19 (100%)
Área de proteção ambiental	1 (20%)	4 (80%)	5 (100%)	8 (47%)	9 (53%)	17 (100%)
Floresta nacional	2 (66,7%)	1 (33,3%)	3 (100%)	36 (80%)	9 (20%)	45 (100%)
Total	15 (60%)	10 (40%)	25 (100%)	102 (81,6%)	23 (18,4%)	125 (100%)

Fonte: Elaboração da autora.

Para verificar se existe relação entre a publicação da referida lei e a indicação de interpretação nos planos de manejo de reservas biológicas, florestas nacionais e áreas de proteção ambiental, procedeu-se ao cruzamento das variáveis “menção à interpretação” e “intervalo de publicação do plano de manejo” para o conjunto de UCs nessas categorias (Tabela 3). A análise das frequências observadas e esperadas e dos resíduos standardizados ajustados evidenciou um crescimento substancial da proposta de uso da interpretação nos documentos elaborados a partir da vigência da supracitada lei, indicando sua importância na disseminação de atividades interpretativas em outras categorias de UC, além dos parques nacionais.

Tabela 3 – Cruzamento das variáveis “menção à interpretação” e “intervalo da publicação de planos de manejo” na amostra de UCs nas categorias reserva biológica, área de proteção ambiental e floresta nacional.

Intervalo de publicação do plano de manejo		Menção à interpretação		Total
		Sim	Não	
1978-2000	Frequência observada	3	10	13
	Frequência esperada	8,6	4,4	13,0
	Percentual	23,1%	76,9%	100,0%
	Resíduo standardizado ajustado	-3,5	3,5	
2001-2019	Frequência observada	59	22	81
	Frequência esperada	53,4	27,6	81,0
	Percentual	72,8%	27,2%	100,0%
	Resíduo standardizado ajustado	3,5	-3,5	
Total	Frequência observada	62	32	94
	Percentual	66%	34%	100,0%

Fonte: Elaboração da autora.

No tocante à análise qualitativa, o exame do conteúdo dos planos de manejo que trazem menções à interpretação ambiental (N=144) mostra que existe uma grande variedade de abordagens. Nota-se uma predominância da indicação de implantação de trilhas e sinalização interpretativas, embora o detalhamento varie da citação genérica à determinação de regiões e sugestão de tópicos a serem interpretados por percurso ou área. São propostas trilhas com acompanhamento de condutores, havendo previsão de capacitação de diferentes agentes, como o corpo técnico da UC, moradores locais, funcionários de empresas concessionárias e organizações parceiras e

voluntários; e trilhas autoguiadas, com apoio de folhetos e/ou sinalização. Isso evidencia a valorização da experiência *in loco* que caracteriza a definição de interpretação elaborada por Tilden (2007). A construção de centros de visitantes, com exposições e painéis interpretativos, é prevista com frequência, mostrando alinhamento às práticas realizadas nas áreas protegidas em vários países (Fallon & Kriwoken, 2002; Pearce & Moscardo, 2007). O grau de detalhamento da oferta de materiais e serviços interpretativos nos documentos analisados é, na maioria dos casos, pequeno. Os planos que contêm sugestões de assuntos para a interpretação são raros, constituindo 7,6% daqueles que indicam o uso da estratégia.

Estes correspondem a dez planos para parques nacionais e uma estação ecológica, elaborados principalmente entre 1999 e 2008. A necessidade de planejamento específico para a interpretação é expressa em 18 planos, sendo um para reserva extrativista, e os demais para parque nacional e floresta nacional, não havendo concentração em um período particular de elaboração. A preparação de materiais interpretativos para pessoas com deficiência é explicitada em apenas cinco planos (elaborados entre 1999 e 2017), e o envolvimento das comunidades locais na elaboração de planos e projetos interpretativos em quatro, elaborados para UCs de uso sustentável. Essa combinação de baixa frequência e ampla dispersão temporal na inclusão de questões críticas, como necessidade de planejamento das ações interpretativas, a inclusão

de pessoas com deficiência e o envolvimento das comunidades locais, indica a ausência de diretrizes institucionais relacionadas a esses aspectos.

Por fim, tomando-se apenas a versão mais recente do plano de manejo para UCs de todas as categorias presentes na amostra (N=191), verificou-se que a interpretação é citada em 135 documentos (70,7%). Observou-se uma razoável variação na nomenclatura dos programas que compõem os planos, reflexo da utilização de diferentes roteiros de planejamento ao longo do período analisado. A Tabela 4 mostra que as menções à interpretação não obedecem a um padrão rígido e podem estar presentes em diferentes tópicos, sendo mais frequentes na caracterização das zonas (50,4%) e no programa de uso público/visitação (40%).

Tabela 4 – Tópicos dos planos de manejo onde é citada a interpretação, considerando um documento por UC (N=135).

Tópico do plano de manejo*	Frequência	Percentual
Caracterização das zonas	68	50,4%
Programa de uso público/programa de visitação	54	40,0%
Objetivos e finalidades da UC	46	34,1%
Programa de educação ambiental	29	21,5%
Normas (gerais e/ou das zonas)	25	18,5%
Programa de interpretação ambiental e educação ambiental	13	9,6%
Diagnóstico e análise da UC	11	8,1%
Subprograma de interpretação ambiental e educação ambiental	7	5,2%
Subprograma de interpretação ambiental	7	5,2%
Subprograma de recreação	7	5,2%
Subprograma de educação ambiental	2	1,5%

* Pode haver citação em mais de um tópico do mesmo documento.

Fonte: Elaboração da autora.

Observa-se, ainda na Tabela 4, a variedade de subprogramas de manejo em que se encontraram propostas de interpretação. A inclusão de um subprograma específico para interpretação ambiental, vinculado ao programa de uso público, predominou em planos desenvolvidos para parques nacionais entre o final da década de 1970 e início da década de 1990. Em planos elaborados para reservas biológicas e estações ecológicas, observou-se que a interpretação, geralmente, é colocada nos programas de educação e destacada como a forma de viabilizar as visitas com objetivo educacional, única forma de visitação permitida nessas categorias de UC. Acrescenta-se que 13 planos de manejo elaborados entre 2004 e 2016

(dez deles para florestas nacionais) incluíram um programa de interpretação e educação ambiental (9,6%) no mesmo nível hierárquico do programa de uso público.

No que concerne à educação ambiental e à interpretação ambiental, observou-se que os planos de manejo elaborados até o início da década de 1990 as consideravam atividades distintas que constituíam subprogramas vinculados ao programa de uso público. A partir da utilização dos roteiros de planejamento instituídos pelo IBAMA em 1996 e 2002, essas duas estratégias passaram a compor o programa de educação e interpretação ambiental, independentemente do

programa de uso público e tratado no mesmo nível hierárquico deste (Galante *et al.*, 2002; Menezes *et al.*, 1996).

Considerando-se as discussões que culminaram com o lançamento da Política Nacional de Educação Ambiental no final do século 20, sugere-se que houve intenção de desvincular as ações de educação ambiental das de uso público, permitindo o alcance de outros segmentos da sociedade, além dos visitantes. Possivelmente, a falta de clareza sobre os propósitos de cada uma dessas estratégias à época da construção dos roteiros fez com que houvesse uma confusão entre educação ambiental e interpretação ambiental no contexto das áreas protegidas brasileiras, confusão essa também indicada por Silva (2012). A diferenciação entre elas é importante para que ambas as estratégias possam ser empregadas adequadamente, gerando melhores resultados para a gestão das UCs.

A carência de programas e projetos institucionais era um dos motivos apontados por Carvalho *et al.* (2002) e Vasconcellos (1998), há duas décadas, para que a oferta de atividades de interpretação em UC permanecesse baixa. Conforme se depreende de documentos produzidos pelo ICMBio nos últimos anos, em especial: (i) o “Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais” (D’Amico *et al.*, 2018); (ii) o guia intitulado “Interpretação ambiental em unidades de conservação federais” (Caetano *et al.*, 2018); e (iii) o caderno de experiências “Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais” (Guerra *et al.*, 2019), o órgão gestor tem buscado estimular o emprego da interpretação ambiental em todas as categorias de UC, por meio de documentos norteadores e diretrizes, de forma mais qualificada do que era feito anteriormente. Entre os avanços na abordagem do tema, destacam-se: a adoção de um roteiro de planejamento comum para todas as categorias de UC, com um tópico dedicado à interpretação, o estabelecimento de diretrizes institucionais para o tema, a realização de capacitações do corpo técnico e a valorização da interpretação nos projetos de turismo de base comunitária desenvolvidos em UCs federais.

É possível que a lacuna de estudos sobre assuntos relacionados à interpretação ambiental em UCs persista, uma vez que, conforme Vitorino *et al.* (2016), existem poucos grupos de estudo

sobre a visitação em áreas protegidas no Brasil. Contudo, os resultados aqui expostos formam um quadro consistente da presença da interpretação na maioria dos planos de manejo das UCs federais. A análise por categoria de UC, por outro lado, aponta a necessidade de examinar as razões pelas quais a interpretação está ausente de mais da metade dos planos de manejo elaborados para reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental.

Conclusão

Os planos de manejo orientam as ações de gestão e são o primeiro instrumento específico para a área protegida destinado a conciliar a proteção dos recursos e o interesse do público. Este estudo mostrou que cerca de 70% dos planos de manejo de UCs federais preveem o uso da interpretação como atividade relacionada à visitação, estabelecendo as linhas gerais para outros níveis de planejamento. Para alcançar esse nível de inserção nos documentos de planejamento no conjunto das categorias de UC, foi decisiva a inclusão da interpretação ambiental como objetivo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o que demonstra a importância da existência de instrumentos legais adequados. Uma vez que são documentos de caráter estratégico, pode-se dizer que a maioria dos planos de manejo favorece a implantação de produtos de interpretação ambiental. Contudo, a relativa padronização dos meios interpretativos propostos, a variedade de abordagens e graus de detalhamento observada entre os planos e sua baixa aplicação em algumas categorias sugerem uma falta de reflexão institucional sobre o potencial da interpretação, como meio para alcançar alguns dos objetivos de gestão das UCs, na perspectiva da política pública. Isso pode vir a afetar negativamente a efetividade dos produtos interpretativos disponibilizados ao público.

A gestão das áreas protegidas dá-se pela integração de diferentes processos e atores, distribuídos por vários níveis de governança. Este estudo contribui para a compreensão do “estado da arte” da interpretação ambiental nos documentos de planejamento das UCs federais e, ao oferecer uma visão ampla, pretende suscitar discussões e análises mais aprofundadas sobre o papel da interpretação como estratégia de

qualificação da experiência e de gestão da visitação. Considerando que grande parte dos planos analisados permanecerá vigente por vários anos, existe oportunidade para uma análise qualitativa detalhada ou uma avaliação da implantação do que foi previsto nos planos de manejo ou da qualidade da interpretação oferecida.

Agradecimentos

Este artigo apresenta resultados de análises efetuadas no âmbito de um projeto de pesquisa autorizado pelo Sisbio. A autora agradece às Professoras Doutoras da Universidade de Aveiro, Portugal, Elisabeth Kastenholz e Dina Ramos, pela orientação e contribuições fundamentais ao desenvolvimento do estudo de mestrado do qual este artigo é derivado.

Referências

Brasil. 2000. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da União. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 15/03/2021.

Caetano AC, Gomes BN, Jesus JS, Garcia LM, Reis ST (Orgs.). 2018. Interpretação ambiental em Unidades de Conservação federais. ICMBio. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf> Acesso em: 15/03/2021.

Carvalho FN et al. 2002. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Projeto Doces Matas – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. 108p. <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/arquivos/5_Manual_de_Introducao_a_Interpretacao_Ambiental.zip> Acesso em: 15/03/2021.

Creswell JW. 2009. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 3ed. SAGE Publications Inc. 270p.

D'Amico AR, Coutinho EO, Moraes LFP (Orgs.). 2018. Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. ICMBio. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf> Acesso em: 20/03/2021.

Dudley N. 2008. Guidelines for applying protected area management categories. In Guidelines for applying protected area management categories. IUCN. <<https://doi.org/10.2305/iucn.ch.2008.paps.2.en>> Acesso em: 15/03/2021.

Fallon L, Kriwoken LK. 2002. Key elements contributing to effective and sustainable visitor centres: an evaluation of the Strahan Visitor Centre, Tasmania, Australia. Relatório Técnico. CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd. 160p.

Galante MLV, Beserra MML, Menezes EO. 2002. Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. IBAMA. 136 p.

Guerra MF, Alvite CMC, Santos BDVS (Orgs.). 2019. Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: Caderno de experiências. 1 ed. ICMBio. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf> Acesso em: 20/03/2021.

ICMBio. 2017. Instrução Normativa nº 7 de 21 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União. <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-7-de-21-de-dezembro-de-2017-1389432>> Acesso em: 20/03/2021.

ICMBio. 2021. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portal Gov.Br. <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br>> Acesso em: 18/03/2021.

Kuo I-L. The effectiveness of environmental interpretation at resource-sensitive tourism destinations. International Journal of Tourism Research, 4(2): 87-101, 2002. <<https://doi.org/10.1002/jtr.362>>

Leung Y, Spenceley A, Groves C. (Eds.). 2019. Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: Diretrizes para sustentabilidade. IUCN. <<https://doi.org/10.2305/iucn.ch.2018.pag.27.pt>> Acesso em: 15/03/2021.

Marion JL, Reid SE. Minimising visitor impacts to protected areas: The efficacy of low impact education programmes. Journal of Sustainable Tourism, 15(1): 5–27, 2007. <<https://doi.org/10.2167/jost593.0>> Acesso em: 15/03/2021.

Menezes EO, Jesus F, Beserra MML, Cases O, Saile P. 1996. Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto. IBAMA. 110p.

Newsome D, Moore SA, Dowling RK. 2013. Interpretation for nature tourism, p. 294–323. In: Newsome D, Moore SA, Dowling RK. Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management. 2 ed. Channel View Publications. 480 p.

Pearce PL, Moscardo G. An action research appraisal of visitor center interpretation and change. Journal of Interpretation Research, 12(1): 29-40, 2007. <<https://doi.org/10.1177/109258720701200103>> Acesso em: 18/03/2021.

Powell RB, Ham, SH. Can ecotourism interpretation really lead to pro-conservation knowledge, attitudes and behaviour? Evidence from the Galapagos Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(4): 467-489, 2008. <<https://doi.org/10.2167/jost797.0>>

Silva DM. 2012. A caracterização da interpretação ambiental pelo conteúdo das mensagens: análise da atividade de um guia no Parque Estadual da Mata dos Godoy. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática). Universidade Estadual de Londrina. 92p.

Tilden F. 2007. *Interpreting our Heritage*. 4 ed., exCraig B (ed.). Editora da Universidade da Carolina do Norte. 212p.

Vasconcellos JMO. 1998. Avaliação da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato – PR. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Paraná. 163p.

Vitorino MR., Carvalho VC, Fontes MAL, Barra AO, Pereira JAA. Levantamento dos grupos de pesquisa em áreas naturais protegidas e uso público no Brasil. *Cerne*, 22(3): 271-276, 2016. <<https://doi.org/10.1590/01047760201622032067>>.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas
n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886